

## **REVOLUÇÃO FEDERALISTA**

Guerra civil entre federalistas partidários de Gaspar Silveira Martins, os chamados “maragatos”, e republicanos partidários de Júlio de Castilhos, os “pica-paus”, que conflou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895. O conflito envolveu amplas forças militares locais e ainda remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos federalistas, e se encerrou com a vitória dos republicanos.

### **ANTECEDENTES**

Embora não tenham tido participação direta na proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os republicanos gaúchos, reunidos no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e liderados por Júlio de Castilhos, tiveram papel destacado na Assembleia Nacional Constituinte instalada em 15 de novembro de 1890. Promulgada a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, e realizada no dia seguinte a eleição do presidente da República, manifestaram-se os primeiros sinais de ruptura na liderança de Castilhos: embora o PRR tivesse apoiado o marechal Deodoro da Fonseca, que foi eleito, quatro dos 16 membros da bancada gaúcha, entre eles Joaquim Francisco de Assis Brasil, votaram em Prudente de Moraes.

O passo seguinte seria a eleição para o Congresso Constituinte gaúcho, marcada para 5 de maio de 1891. Desde o ano anterior havia sido designada uma comissão, formada por Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos, para elaborar o projeto da Constituição estadual. Segundo Assis Brasil, Castilhos protelou a elaboração do projeto e, às vésperas da expiração do prazo, apresentou à comissão um texto de sua autoria. Em 14 de julho de 1891 a Constituinte estadual aprovou o projeto de Castilhos e elegeu-o presidente do Rio Grande do Sul. No dia seguinte, o presidente eleito tomou posse.

Em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, gesto que provocou protestos

em vários pontos do país. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto Leite. Cinco dias depois, Assis Brasil renunciou, passando Barreto Leite e Barros Cassal a se revezar no comando do estado. Em 23 de novembro, diante da ameaça de oficiais da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio presidente da República renunciou, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto.

Em fevereiro de 1892, outra figura importante voltou a atuar no instável cenário político gaúcho: Gaspar Silveira Martins, antigo líder do Partido Liberal no Império, ex-deputado geral, senador, ministro da Fazenda e presidente da província. Exilado na Europa desde a queda da monarquia, o agora defensor de uma República parlamentarista regressou a Porto Alegre. Em 31 de março, no encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Enquanto o PRR, de inspiração positivista, defendia o presidencialismo e resguardava a autonomia estadual, o Partido Federalista defendia o sistema parlamentar de governo e a revisão das constituições estaduais, com a centralização política e o fortalecimento da União Federativa; a eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; a eleição da Câmara também por quatro anos por distritos eleitorais; a autonomia municipal; o Poder Judiciário dos estados; a liberdade de imprensa.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892. Em 8 de junho Barros Cassal foi substituído no governo por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que por sua vez foi derrubado nove dias depois por um movimento articulado por Júlio de Castilhos, o qual entregou o poder a Carneiro Monteiro. Em 27 de setembro este foi substituído por Fernando Abbott, que deixou a Câmara dos Deputados para exercer interinamente o governo gaúcho e conduzir as eleições que mais uma vez levariam Júlio de Castilhos ao poder. Em 25 de janeiro de 1893 Abbott transmitiu o

governo a Castilhos. Contra a situação, ergueram-se não só os federalistas de Silveira Martins, mas também monarquistas descontentes e mesmo republicanos. Os federalistas exigiam a saída de Castilhos por considerar que sua eleição fora manipulada. Pediam um plebiscito em que o povo pudesse escolher a forma de governo. Por sua vez, Floriano Peixoto apoiou Castilhos, embora este tivesse endossado o golpe deodorista em 1891.

Uma semana depois da posse, em 2 de fevereiro, Gumercindo Saraiva entrou no Rio Grande do Sul vindo do Uruguai, à frente de um grupo de cavaleiros, e juntou-se aos homens do general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, o barão de Itaqui. Era o início da Revolução Federalista.

#### A GUERRA CIVIL

O exército de Joca Tavares, chefe militar dos revoltosos, era formado por brasileiros e muitos uruguaios. As tropas eram compostas de civis, e a maioria dos comandantes eram coronéis latifundiários, isto é, chefes locais. O armamento utilizado era precário: os homens lutavam montados a cavalo, portando lanças e esporadicamente armas de fogo. A tática empregada eram as marchas rápidas e fulminantes, ataques de surpresa. Os federalistas tiveram o apoio da província de Corrientes, na Argentina, e também do Uruguai, durante todo o movimento. Receberam armas através da fronteira e se refugiaram nos países vizinhos em vários momentos, durante a perseguição das tropas legalistas.

Do lado dos republicanos, havia igualmente chefes locais que contavam com o apoio de forças e armamento do Exército. Foi imposto o recrutamento forçado, pago com recursos do governo. A revolução ameaçou não só a estabilidade do governo rio-grandense como o próprio regime republicano. Diante disso, Floriano Peixoto enviou tropas federais sob o comando do general Hipólito Ribeiro para garantir o governo de Castilhos. Foram organizadas três divisões, chamadas de legalistas: a do norte, a da capital e a do centro. Além dessas forças, foi convocada a polícia estadual com todo o seu contingente para enfrentar o inimigo. Além do apoio federal, Júlio de Castilhos contou também com o

auxílio material do estado de São Paulo.

Em 23 de fevereiro de 1893, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, juntos, ocuparam Dom Pedrito e em seguida Alegrete, de onde desfecharam vários ataques. Os revoltosos rumaram a seguir para o norte, e em novembro atingiram Santa Catarina. Também nesse mês, o almirante Custódio de Melo, que chefiara no Rio de Janeiro a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, rumou para o Sul a fim de unir-se aos federalistas. Os revoltosos ocuparam Desterro, atual Florianópolis, e avançaram em direção ao Paraná. Em janeiro de 1894 foram detidos diante da cidade da Lapa, a 60 quilômetros a sudoeste de Curitiba, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa. A resistência da Lapa impediu o avanço dos revolucionários, que se retiraram para o Rio Grande do Sul, enquanto Floriano Peixoto enviava para Santa Catarina, com poderes discricionários, o tenente-coronel Antônio Moreira César, chamado de “Corta-cabeças”.

A revolução federalista foi derrotada em 24 de junho de 1895 no combate de Campo Osório, nas proximidades de Santana do Livramento, quando o almirante Saldanha da Gama morreu diante das tropas do general Hipólito Ribeiro. A paz foi assinada em Pelotas no dia 23 de agosto de 1895. O presidente da República já era então Prudente de Moraes.

A guerra civil deixou dez mil vítimas, das quais mais de mil morreram degoladas. A prática da degola dos prisioneiros foi utilizada por ambos os lados, e era justificada pela incapacidade das forças em combate de fazer prisioneiros, mantê-los encarcerados e alimentá-los, pois as tropas lutavam em situação de grande penúria. Também teria por objetivo poupar munição. Muitos federalistas – calcula-se que em torno de 2.500 – emigraram para Montevidéu, enquanto outros foram para Buenos Aires. A luta entre federalistas e republicanos dividiu a sociedade por muitos anos: uns usavam a cor vermelha, dos federalistas, e outros a cor branca, dos republicanos.

#### AS ANÁLISES

Inúmeras razões são apresentadas pelos estudiosos da história do período para explicar a Revolução Federalista. Ledir de Paula Pereira fez o levantamento desses autores

e de suas análises. Para Sérgio da Costa Franco, por exemplo, a luta entre castilhistas e gasparistas teria origem nos perfis de Gaspar Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, cujo objetivo era liquidar um ao outro. Isso teria motivado ressentimentos e ódios entre as facções políticas gaúchas em luta pelo poder no Rio Grande do Sul após a proclamação da República. O autor reconhece que existiam diferenças doutrinárias entre as duas facções, mas não as considera fator determinante ou relevante para a eclosão do conflito.

Para Joseph Love, a revolução teria sido motivada, entre outras razões, pelo perfil autoritário de Júlio de Castilhos, que, para manter a ordem e o progresso no estado, era capaz de utilizar o terror. Robert Levine explica o acontecimento pelas perseguições movidas pelos republicanos contra os federalistas e pela reação destes na mesma medida. Segundo Levine, a revolução teria sido motivada pelo ódio e o ressentimento entre as facções políticas gaúchas, oriundos da luta pelo poder no estado, materializado no regime castilhista positivista, cuja característica era a centralização política, o autoritarismo e a autocracia. Teria pesado igualmente a diferença entre orientações ideológicas consubstanciadas em sistemas de governo: parlamentarismo *versus* presidencialismo.

Hélgio Trindade, ao analisar o período e o sistema partidário republicano rio-grandense, destacou “a persistência de uma clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais *versus* os conservadores autoritários”. Nesse processo, de acordo com Trindade, teria ocorrido uma progressiva legitimação da oposição, que lutou tanto pela via revolucionária como pela via parlamentar. A luta teria sido direcionada também contra o exclusivismo do exercício do poder no estado pelos republicanos. A isso, somar-se-ia o esgotamento da coesão partidária castilhista causado por um permanente processo de dissidência republicana, motivado também pela ausência de rotatividade no comando político do estado. A luta entre oposição e governo teria persistido durante todo o período da Primeira República.

Maria Antonieta Antonacci analisa o conflito como uma luta entre frações da classe dominante gaúcha, ou seja, da oligarquia local. Com o fim da Revolução Federalista teria

ocorrido a convergência entre as facções, o que teria levado à concórdia e possibilitado a formação da Frente Única, em 1929, e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

Para Sandra Pesavento, o conflito teria ocorrido entre a classe dominante rural, desalojada do poder em 1889, e, de outro lado, outra fração da classe dominante agregada no PRR e outros segmentos sociais. A autora indica que “a luta que se seguiu de 1893 a 1895 entre federalistas e republicanos pode ser interpretada como um conflito intraclasse, pela posse do aparato estatal”, o que permitiria “exercer a dominação política sobre o Rio Grande do Sul”.

Outras análises chamam a atenção para o uso inadequado da palavra “revolução”, já que os *revolucionários*, principalmente os líderes civis e militares do movimento, não lutavam por uma mudança estrutural profunda, e sim por mudanças específicas, como a de alguns dispositivos constitucionais. O que de fato ocorreu teria sido uma guerra civil e não uma revolução.

*Alzira Alves de Abreu*

FONTES: CARONE, E. *República Velha*; FAUSTO, B. *Brasil*; FLORES, E. *Consolidação*; PEREIRA, L. *Positivismo*; PESAVENTO, S. *Revolução*; SILVA, M. *Notas*; TRINDADE, H. *Aspectos*.